Exmo Senhor

“Falar não pode!Bámunhéfálac’opé” É uma das últimas expressões que está na boca do povo. Também dos jornalistas, o que é ainda mais grave. A criativa constatação popular pronunciada sempre com um sorriso pode servir de barómetro para medir a liberdade de expressão e de imprensa no país.

De facto, a descarada censura que chega ao ponto de descaracterizar completamente certas matérias produzidas por jornalistas, a ponto dos autores não reconhecerem o trabalho que deixaram feito; a autocensura, a ausência de debates e do contraditório e a exclusão acentuaram-se consideravelmente desde outubro de 2014.

E mais. Parece que o país vive num estado de exceção disfarçado, porque há comissários políticos e agentes que gravam conversas, mesmo em ambiente de convívio.Existea perceção de que os telefones estão sob escuta. Há um clima de desconfiança generalizada, porque o amigo pode ser informante, na lógica de dividir para reinar.

Não se pode falar verdadeiramente de um Estado de Direito Democrático neste quadro. O democrata convicto não tem medo do contraditório, não receia críticas e não alimenta a “bufaria”- passe a expressão.O pluralismo é uma das características da democracia.

O primeiro ato, após a tomada de posse do atual poder, com o anúncio das demissões pela comunicação social, foi tentar humilhar os então responsáveis de escalão intermédio.

Só de graça, para utilizar outra expressão popular. Só de graça, porque os profissionais adultos têm consciência de que cargos em comissão de serviço não são funções de caráter vitalício. Os profissionais maduros e competentes sempre têm ou podem encontrar alternativas, sendo pró-ativos ou por solicitação para prestarem serviços. Como construíram uma carreira e são profissionalmente idóneos, são respeitados. Sabe bem ter esse reconhecimento da sociedade.

Só de graça, porque no caso da Comunicação Social, o chefe do governo anterior já tinha dado por finda a Comissão de Serviço daqueles responsáveis.

Excelências, Senhoras e Senhores, Caros Colegas

A perseguição tem outros contornos. Por exemplo, acabar com programas nos órgãos públicos, cujos rostos não são militantes ou simpatizantes do partido no poder. A tentativa de asfixiar economicamente os mesmos. Os militantes e simpatizantes é que têm todos os direitos e mais alguns. Existem casos em que a mesma pessoa é assistente de imprensa de vários organismos estatais, além de estarem vinculados a órgãos públicos.

Regra geral, o apoio do Estado ao fomento de órgãos de imprensa privados nunca foi expressivo, num país em que o mercado é inexpressivo e o setor privado está de rastos. Mas atualmente, a situação piorou, com a retirada de publicidade de empresas em que o Estado também é acionista, naqueles títulos de imprensa fora do controlo do poder.

Outa forma de pressão. O Sr.primeiro-ministro,Patrice Trovoada, acusou publicamente numa entrevista difundida a 11 de setembro de 2016 pela TVS e a Rádio Nacional, que jornalista independente recebeu arma de guerra da Presidência da República. A Associação dos Jornalistas solicitou logo depois ao Ministério Público com carácter urgente para investigar o facto. Manifestou-se disponível a colaborar no que fosse necessário e fê-lo. A verdade é que passados quase oito meses, o Ministério Público ainda não divulgou o aguardado relatório.

Outro facto está relacionado com o acesso às fontes. Há um despacho interno da Ministra da Saúde que proíbe os quadros do setor darem informações e essa filosofia estende-se a várias instituições públicas. Porém, não indicam a pessoa que pode servir de porta-voz quando um profissional pretende obter uma informação. Por outro lado, há casos em que um jornalista independente solicita uma entrevista, certos titulares põem-no em banho-maria e acabam por não atender a solicitação.

Há igualmente deturpação deliberada de alguns conceitos. A comunicação social estatal não pertence ao governo ou a qualqueroutro órgão de soberania, porque não é o seu chefe que tira o dinheiro do seu bolso para pagar salários e comprar equipamentos. É o dinheiro do contribuinte. Podem ter um espaço para difundir as suas mensagens, como faz o Tribunal de Contas.

O Estado, afinal,somos todos nós!

Em nome do rigor, não se deve chamar de conferência de imprensa a uma entrevista concedida a um micro clube de amigos e vedada a outros meios de comunicação social.

Estimados presentes

Basicamente, o papel da comunicação social seja ela pública ou privada é servir de intermediação entre os poderes e grupos de interesse com a sociedade e vice-versa.

Infelizmente, um número considerável dos que desempenham a atividade jornalística ignora os articulados da nossa Carta Magna relacionados com a liberdade de expressão e de imprensa, assim como a Lei de Imprensa (embora esta precise ser atualizada), a Lei da Rádio e a Lei da Televisão. Faltam outros documentos, como o Estatuto de Jornalista, o Código Deontológico e o Regulamento de Carteira Profissional.Contudo, aqueles diplomas contribuem para estabelecer um marco digno de atuação da imprensa estatal.

Optaram por deixar-se manipular. Só o chefe do governo é que tem direito a reagir a declarações de líderes da oposição ou de alguém da sociedade civil. O contrário, não acontece. Não há preocupação em oferecer à opinião pública elementos para a construção da verdade. Notícias que merecem acompanhamento são levadas ao esquecimento. Algumas deveriam ser aprofundadas através de reportagens, comentários e outros géneros jornalísticos, tornando a oferta mais atrativa. Falta iniciativa.

Continuando a olhar para dentro, a afirmação da classe só será conseguida se cada um de nós preocupar-nos em superar-nos constantemente no plano técnico-profissional. As novas tecnologias permitem fazê-lo. Há cursos que se podem baixar na internet. Há também ferramentas gratuitas de correção de textos para que o produto oferecido ao público corresponda aos princípios de informar, formar e entreter.

Os objetivos da Jornada que celebramos hoje são: promover os princípios fundamentais da liberdade de imprensa;combater os ataques feitos aos Médiae impedir as violações à liberdade de imprensa; lembrar os jornalistas que são vítimas de ataques, capturados, torturados ou a quem são impostas limitações no exercício da sua profissão; prestar homenagem a todos os profissionais que faleceram vítimas de ataques terroristas ou que foram assassinados por organizações terroristas.

Em Djakarta, capital da Indonésia, está a decorrer uma conferência, de acordo com a UNESCO, sob o tema: “Espíritos críticos para tempos críticos: o papel dos Média na promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas”,em que os participantes estão a refletir sobre os desafios dos meios de comunicação social, em particular a tendência mundialque se assiste em atacar aqueles que fazem um jornalismo de interesse público.

Na realidade, em STP também se vive tempos críticos no que respeita à liberdade de imprensa. Entretanto, apraz-nos verificar que há uma tomada de consciência, segundo a qual a defesa dos interesses da classe só pode ter sucesso em clima de união, como demonstra a organização em conjunto desta celebração. Há ainda muitos passos a dar, mas é um começo.

Esperamos que um dos resultados concretos desta jornada seja a aprovação do Estatuto de Jornalista e do Código Deontológico que vai permitir clarificar algumas situações anómalas que se vive atualmente.

É preciso acreditar e trabalhar com firmeza, no sentido de que a nobre profissão do jornalismo avaliada diariamente pela opinião pública recupere o lugar que merece na nossa sociedade.

Muito Obrigado!